

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário - 03/10 - 15h

Está agendada para a terça-feira (3), sessão solene do Congresso Nacional para a promulgação de duas novas emendas à Constituição. Uma delas (a Emenda Constitucional 130) cria a possibilidade de permuta entre juízes estaduais de diferentes tribunais. A outra (Emenda Constitucional 131) extingue a possibilidade de perda da nacionalidade originária para os brasileiros que adquiriram outra nacionalidade.

Resultado: Nesta terça-feira (3), o Congresso Nacional promulgou duas emendas à Constituição. A Emenda Constitucional 130 autoriza permuta entre juízes de diferentes tribunais. Já a Emenda Constitucional 131 permite a dupla cidadania aos brasileiros que adquirirem a nacionalidade em outro país.

O Congresso Nacional derrubou, nesta quarta-feira (4), três vetos (VET 16/2023) à Lei 14.599, de 2023, que trata de exame toxicológico para motoristas e altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Com a rejeição do veto, os condutores de veículos de carga, ônibus e afins que não realizarem exames toxicológicos a cada dois anos e meio serão punidos com infração gravíssima e multa multiplicada por cinco. Os trechos restaurados do projeto vão à promulgação. Os líderes acordaram em manter os demais vetos à Lei 14.599, de 2023. Assim, mesmo incorrendo na infração criada, os motoristas não serão impedidos de continuar dirigindo até que haja um resultado negativo do exame toxicológico.

CPMI de 8 de janeiro – 03 e 05/10 - 09h - Plenário 02

A CPMI do 8 de Janeiro tem reunião marcada para terça-feira (3), às 9h, para ouvir o empresário Argino Bedin. O requerimento (REQ 786/2023) do deputado Carlos Veras (PT-PE) foi de convocação do empresário. O documento registra que Bedin figurou na lista de investigados como possível financiador de atos golpistas.

Foi agendado para a quinta-feira (5), o depoimento do subtenente Beroaldo José de Freitas Júnior, do Batalhão de Policiamento de Choque da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Ele participou da defesa do Palácio do Congresso Nacional no dia dos ataques antidemocráticos às sedes dos três Poderes.

Resultado: Para assistir a sessão de terça-feira (3), [clique aqui](#).

A CPMI do 8 de Janeiro cancelou nesta quarta-feira (4) o depoimento do subtenente Beroaldo José de Freitas Júnior, do Batalhão de Policiamento de Choque da Polícia Militar do Distrito Federal. A reunião estava prevista para a manhã de quinta-feira (5), e o motivo do cancelamento não foi divulgado.

A próxima reunião tem como objetivo a leitura do relatório final da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) e está agendada para o dia 17 de outubro. Se houver um pedido de vistas, a discussão e a votação da matéria devem ocorrer no dia seguinte.

<p>Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados – 03/10 - 14h30 - Plenário 09</p>
--

Reunião para debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. Entre os convidados, destacam-se:

- André Veras Guimarães, Diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores.
- Tunisia Viana de Carvalho, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança e parceira do Grupo de Apoio a Mulheres Brasileiras no Exterior (GAMBE).
- André de Carvalho Ramos, Procurador Regional da República.
- Cláudia Grabois, Advogada e Consultora especialista em Direitos Humanos, Direito Internacional de Família, Diversidades e Convenção da Haia 28.

Resultado: Realizada. Para assistir a audiência, [clique aqui](#).

SENADO FEDERAL

Plenário – 02 a 05/10

Atendendo ao pedido do governo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, convocou para esta segunda-feira (2), às 14h, sessão extraordinária para votar o **PL 2.685/2022**, que trata do programa de combate à inadimplência Desenrola Brasil. O texto incorpora a a Medida Provisória (MP) 1.176/2023, que criou o Programa Desenrola Brasil, editada pelo governo federal no dia 17 de julho. Não tendo sido votada pela Congresso, a MP do Desenrola perde a validade nesta terça-feira (3).

Na pauta do Plenário do Senado desta semana, entre outras proposições, constam:

- **PL 976/2022**, que Institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
- **PLP 23/2019**, que Altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário do Senado aprovou PL 2.685/2022, que institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil; estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação de riscos de inadimplemento e de superendividamento de pessoas físicas. A matéria segue para sanção presidencial.

CPI das ONGs – 03/10 - 10h - Plenário 06

A CPI das ONGs ouvirá nesta terça-feira (3) a diretora-presidente e co-fundadora do Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), Suzana Machado Padua. O Ipê atua em pesquisas, educação ambiental e programas de geração de renda como formas de conservar a biodiversidade dos biomas brasileiros.

Durante a sessão, também deverão ser deliberados requerimentos.

Resultado: Para assistir a reunião realizada, [clique aqui](#).

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 04/10 - 10h - Plenário 03

ITEM 2 - [PL 3453/2021](#), que altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

O relator, Senador Weverton, apresentou [parecer](#) favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 7

O relator, Senador Marcos Rogério, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria.

Resultado: Não deliberado.

ITEM 3 – [PEC 8/2021](#), que altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.

O relator, Senador Esperidião Amin, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para análise do Plenário.

EXTRAPAUTA – Foi aprovado na CCJ o PL 4.503/2023, que cria a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, norma que vai balizar as leis dos estados e do Distrito Federal sobre o funcionamento das polícias civis, e estabelece direitos dos policiais em todo o país. A matéria recebeu parecer favorável do senador Fabiano Contarato (PT-ES) no colegiado.

O projeto foi aprovado nessa terça-feira (3) na Comissão de Segurança Pública (CSP), onde também foi apoiado pelo relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE). A matéria segue agora para análise do Plenário, com pedido de urgência aprovado pela comissão.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 03 a 05/10

Pauta da semana não foi divulgada.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (4) projeto de lei que cria um programa para diminuir a fila de espera por perícias no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O Projeto de Lei 4426/2023, do Poder Executivo, será enviado ao Senado.

A Câmara dos Deputados aprovou também o PL 2245/2023, que cria a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua a fim de promover acesso ao trabalho, à qualificação profissional e à elevação da escolaridade. A proposta será enviada ao Senado.

CESP que analisa a PEC das cotas mínimas (PEC 09/2023)

Ainda não há nova data para que a comissão especial sobre a cota mínima de recursos dos partidos ([PEC 9/2023](#)). A proposta impede punições a partidos políticos que descumpriram as cotas mínimas de gênero e raça nas eleições de 2022. O relator, dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria, com substitutivo.